

MERCADO MUNDIAL, DEPENDÊNCIA E DESENVOLVIMENTO DESIGUAL: breve panorama das contribuições de Ernest Mandel e Ruy Mauro Marini

Márcia Pereira da Silva Cassin¹

RESUMO

O artigo consiste em uma análise das contribuições de Ernest Mandel e Ruy Mauro Marini para a compreensão do fenômeno da dependência a partir do desenvolvimento desigual da lei do valor no mercado mundial. Dividido em duas partes, o trabalho busca resgatar, em um primeiro momento, as observações de Mandel acerca da dominação das potências imperialistas sobre os países dependentes, sustentada em um desnível de produtividade do trabalho no mercado mundial, bem como as trocas desiguais e a transferência de valor que daí derivam. Em um segundo momento, se debruça sobre as investigações de Ruy Mauro Marini sobre a inserção subordinada da América Latina na divisão internacional do trabalho e as categorias troca desigual e superexploração da força de trabalho.

ABSTRACT

The article consists of an analysis of the contributions of Ernest Mandel and Ruy Mauro Marini to the understanding of the dependency phenomenon from the unequal development of the law of value in the world market. Divided into two parts, the work seeks to rescue, at first, Mandel's observations about the domination of the imperialist powers over dependent countries, sustained by a difference in labor productivity in the world market, as well as unequal exchanges and the transfer of value derived therefrom. In a second moment, it focuses on Ruy Mauro Marini's investigations on the subordinated insertion of Latin America in the international division of labor and the categories of unequal exchange and overexploitation of the workforce.

Palavras-chave: Dependência; mercado mundial; desenvolvimento desigual.

Keywords: Dependence; world market; uneven development.

¹ Assistente social. Mestre e doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora do Departamento de Política Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas do Orçamento Público e Seguridade Social (GOPSS/UERJ) e do Centro de Estudos Octávio Ianni (CEOI/UERJ). E-mail: marcia.cassin@hotmail.com.

1. INTRODUÇÃO

Neste ano em que se comemora o centenário de nascimento do marxista belga Ernest Mandel, também é celebrado o cinquentenário de publicação do ensaio seminal do brasileiro Ruy Mauro Marini, “Dialética da dependência”. Percorrendo caminhos distintos, mas ambos herdeiros da tradição marxista, os autores parecem convergir em um ponto comum: a compreensão da dependência como resultado do movimento da acumulação capitalista em nível mundial, que tende a produzir o desenvolvimento de determinados países na mesma medida em que produz o subdesenvolvimento de outros. As contribuições de Mandel a esse respeito, aqui brevemente descritas, foram melhor sistematizadas em sua obra prima “O capitalismo tardio”, publicada 1972, um ano antes do supracitado ensaio de Marini. Longe de ser um mero acaso, a sincronia temporal denota a arguta capacidade dos autores de percepção das tendências do movimento do capital global na quadra histórica que se abriu com o esgotamento do ciclo de crescimento do segundo pós-guerra.

O desenvolvimento do comércio e a vinculação dos países em torno das trocas mercantis dão origem ao mercado mundial, sistema no qual o capitalismo se expande para todos os recantos globais, buscando valorizar-se por meio das vantagens obtidas com as assimetrias e particularidades de cada formação social. Em tal sistema, os diferentes espaços nacionais especializam-se cada qual na produção de determinados gêneros (ou mesmo um só gênero) que correspondam às necessidades da industrialização no centro, de modo a delimitar uma divisão internacional do trabalho. A constituição do mercado mundial capitalista implicou a formação de uma relação hierárquica entre as nações, por meio da qual os países mais desenvolvidos exploram e dominam os menos desenvolvidos.

O presente artigo busca perseguir os desdobramentos deste desenvolvimento desigual na formação do capitalismo dependente, por meio de uma breve análise das contribuições de Mandel e Marini a este debate. A primeira parte resgata as teses de Mandel acerca da dominação das potências imperialistas sobre os países

dependentes, sustentada em um desnível de produtividade do trabalho no mercado mundial, bem como as trocas desiguais e a transferência de valor que daí derivam. A segunda parte aborda a inserção subordinada da América Latina na divisão internacional do trabalho e as categorias troca desigual e superexploração da força de trabalho em Marini.

2. DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E LEI DO VALOR EM ERNEST MANDEL

Ao analisar a estrutura do mercado mundial capitalista, Mandel (1982) considera que nos países coloniais e semicoloniais, a reprodução simples de mercadorias constituía uma espécie de acumulação primitiva de capital, que se distinguia do processo histórico descrito por Marx, posto que esta forma mais moderna já pressupunha a existência do modo de produção capitalista e com ele coexistia em permanente troca metabólica. Segundo o autor:

Em cada país ou em escala internacional, o capital exerce pressão para fora, a partir do centro – em outras palavras, seus lugares históricos de origem – para a periferia. Ele tenta continuamente estender-se a novos domínios, converter setores de reprodução simples de mercadorias em novas esferas de produção capitalista de mercadorias, suplantando, pela produção de mercadorias, os setores que até então só produziam valores de uso (MANDEL, 1982, p. 31).

A penetração da lei do valor na periferia, conforme o autor, vê-se limitada por duas principais condições: a necessidade de o capital estrangeiro rebaixar os preços das mercadorias a fim de quebrar a concorrência dos produtores locais e de possuir um capital excedente disponível para investimento nesses países. Se esses dois elementos não forem suficientemente alcançados, a acumulação primitiva de capital continuará a se reproduzir naquele espaço.

Com o advento do imperialismo, o desenvolvimento dos países periféricos passou a ser determinado predominantemente pela exportação de capitais dos países do centro e não mais pela acumulação primária impulsionada pelas classes dominantes locais. Esses países viram-se forçados, desde então, a complementar as necessidades da produção capitalista nos países metropolitanos, pois os investimentos estrangeiros confluíam para a instalação de empresas que correspondiam aos interesses da burguesia imperialista.

Em consequência, o processo de exportação imperialista de capital sufocou o desenvolvimento econômico do chamado “Terceiro Mundo”. Isso porque, em primeiro lugar, absorveu os recursos locais disponíveis para a acumulação primitiva de capital, por meio de um “escoamento” qualitativamente acrescido. Do ponto de vista da economia nacional, esse escoamento passou a assumir a forma de expropriação contínua, pelo capital estrangeiro, de produto excedente social local, o que obviamente acarretou uma redução significativa nos recursos disponíveis para a acumulação nacional de capital (MANDEL, 1982, p. 36).

Para o autor, o subdesenvolvimento ou a condição dependente dos países do “Terceiro Mundo” foi determinada pela expropriação predatória por parte das economias imperialistas que, ao canalizarem o excedente nesses países para a produção de gêneros necessários à acumulação no centro, desestimularam a industrialização local. Nesse sentido, “o que mudou na transição do capitalismo de livre concorrência ao imperialismo clássico foi a articulação específica das relações de produção e troca entre os países metropolitanos e as nações subdesenvolvidas” (Idem, p. 37).

Mandel também destaca o papel da aliança entre o imperialismo e as oligarquias locais na manutenção das relações pré-capitalistas de produção no campo, de forma a limitar a extensão do mercado interno e tolher a industrialização no país. Em resumo:

A dominação do capital estrangeiro sobre os processos de acumulação de capital nos países subdesenvolvidos resultou num desenvolvimento econômico que, como afirmamos, tornou esses países complementares ao desenvolvimento da economia dos países metropolitanos imperialistas. Como se sabe, isso significou que eles deveriam concentrar-se na produção de matérias-primas vegetais e minerais. A caça de matérias-primas veio de mãos dadas, por assim dizer, com a exportação de capital imperialista, e foi, em grande medida, um determinante causal da mesma. Assim, o crescimento de um relativo excedente de capital nos países metropolitanos e a procura de mais elevadas taxas de lucro e matérias-primas mais baratas formam um complexo integrado (MANDEL, 1982, p. 38).

Com efeito, a busca por matérias-primas deriva da lógica interna do modo de produção capitalista, na medida em que o aumento da produtividade do trabalho resulta num crescimento da massa de mercadorias que são produzidas pela mesma quantidade de máquinas e força de trabalho. Disso decorre uma tendência ao aumento na participação dos custos de matérias-primas na produção da mercadoria média. O barateamento dos custos da matéria-prima, portanto, constitui um elemento contrarrestante à queda da taxa de lucro. Isso explica em boa medida a intervenção direta dos países imperialistas no sentido de organizar a produção capitalista de matérias-primas em larga escala nos países dependentes.

A presença de uma enorme massa de força de trabalho a baixo custo nos países periféricos, contudo, desestimulou o emprego de capital fixo em grande escala, posto que “a máquina moderna não podia competir com esse trabalho barato” (Idem, p. 39). Logo, a organização da produção no setor agrícola resultou basicamente numa economia de plantagem, análoga às formas do capitalismo pré-industrial do período das manufaturas. As vantagens desse sistema se expressam no fato de que o volume do exército industrial de reserva, o preço rebaixado da força de trabalho e a dificuldade de organização dos trabalhadores deslocaram o centro de gravidade do capital da produção de mais-valia relativa para a produção de mais-valia absoluta. O que resulta dessa equação é “um sistema mundial imperialista construído a partir do desenvolvimento desigual da acumulação de capital” (Idem, p. 39-40).

Para Mandel, a exportação de capitais para os países subdesenvolvidos com a finalidade de intensificar a produção capitalista de matérias-primas converteu a diferença quantitativa na acumulação de capital e no nível de produtividade entre os países imperialistas e os economicamente atrasados em uma diferença qualitativa: esses últimos tornaram-se *dependentes* e não apenas atrasados.

A dominação do capital estrangeiro sobre a acumulação de capital sufocou o processo de acumulação primitiva de capital, e a defasagem industrial em relação às áreas metropolitanas alargou-se regularmente. Além disso, como a produção de matérias-primas ainda era pré-industrial ou apenas rudimentarmente industrial, visto que os baixos custos da força de trabalho desestimulavam a constante modernização da maquinaria, essa defasagem industrial deu origem ao abismo crescente nos respectivos níveis de produtividade, que tanto expressava quanto perpetuava o real subdesenvolvimento. Do ponto de vista marxista, isto é, a partir de uma teoria consistente do valor do trabalho, subdesenvolvimento é sempre, em última análise, subemprego, quantitativamente (desemprego em massa) e qualitativamente (baixa produtividade do trabalho) (MANDEL, 1982, p. 40).

Com a transição do imperialismo “clássico” ao capitalismo tardioⁱ, houve um rearranjo na estrutura do mercado mundial. A baixa produtividade do trabalho nos países dependentes provocou um aumento no preço das matérias-primas, o que demandaria um investimento ainda maior da burguesia imperialista nesse setor produtivo, a fim de transformar os antigos métodos pré-industriais em uma avançada organização industrial do trabalho. Esse dispendioso investimento, no entanto, contrariava as razões que inicialmente motivaram a concentração da produção de matérias-primas nas regiões periféricas: os superlucros obtidos com a exploração de força de trabalho barata e a baixa composição orgânica da produção. Por esse motivo, a produção de matérias-primas, nesse período, foi deslocada para as regiões centrais.

A nova configuração do mercado mundial resultou no aumento da desigualdade entre os países metropolitanos e periféricos, na medida em que estes últimos viram seus mercados clássicos para a exportação de matérias-primas sofrer relativo declínio e sua produção era incapaz de competir com o ritmo de crescimento dos países industrializados. Da mesma forma, o acirramento da crise econômica acompanhado de um crescimento dos conflitos sociais nos países dependentes, durante e após a Segunda Guerra Mundial, provocou uma queda nos investimentos estrangeiros e “o capital deixou, no fundamental, de se transferir dos países metropolitanos para os países subdesenvolvidos” (MANDEL, 1982, p. 42).

Mandel destaca que após a grande crise de 1929 e especialmente depois da Segunda Guerra Mundial, o padrão de exportação das indústrias imperialistas deslocou-se dos bens de consumo, carvão e aço para máquinas, veículos e bens de capital. Isso conduziu a um estímulo na industrialização dos países subdesenvolvidos, para que estes se tornassem consumidores deste novo pacote de exportações, o que esteve na raiz da chamada “ideologia do desenvolvimento”.

Esse novo curso na estrutura da economia mundial representaria, finalmente, uma tendência no sentido de uma industrialização sistemática do Terceiro Mundo, uma universalização do modo de produção capitalista e a eventual homogeneização da economia mundial? De maneira alguma. Significa, simplesmente, uma mudança nas formas de justaposição do desenvolvimento e do subdesenvolvimento. Mais corretamente, estão emergindo novos níveis diferenciais de acumulação de capital, produtividade e extração de excedente – e estes, embora de natureza diversa, mostram-se ainda mais pronunciados que os da época do imperialismo ‘clássico’ (MANDEL, 1982, p. 43).

Em termos gerais, a contribuição de Mandel ilustra o necessário caráter do desenvolvimento desigual e combinado para a reprodução ampliada do capital em nível mundial. O autor desvenda como a lei do valor opera no mercado mundial a partir do desenvolvimento desigual da acumulação de capital, da composição orgânica do capital, da taxa de mais-valia e da produtividade do trabalho em escala internacional. Desta análise resultam alguns princípios, dos quais destacaremos os mais relevantes para a reflexão em curso.

O primeiro diz respeito à impossibilidade de uma equalização mundial das taxas de lucro, uma vez que isso implicaria uma completa mobilidade internacional do capital e uma distribuição de capital para todas as partes do mundo, independente da origem ou nacionalidade dos capitalistas; ou seja, seria necessária a existência de uma economia mundial capitalista homogeneizada e de um único Estado mundial capitalista.

Como complemento a essa lógica, o segundo princípio afirma que a variação no preço das mercadorias em diferentes nações deriva dos preços de produção nos mercados nacionais, os quais possuem diferentes níveis de produtividade ou intensidade do trabalho, composição orgânica e taxa de mais-valia. No âmbito do mercado mundial, “o trabalho de um país com produtividade de trabalho mais alta é considerado mais intensivo, de maneira que o produto de um dia de trabalho nesse tipo de país é trocado pelo produto de mais de um dia de trabalho num país subdesenvolvido” (Idem, p. 47).

A troca desigual entre mercadorias de um país com mais alta produtividade e as de um país de menor produtividade é uma fonte de superlucro, pois a mercadoria pode ser vendida acima do preço de produção em seu próprio mercado interno, mas abaixo do valor “nacional” no país importador. Se tais mercadorias forem exportadas em volume suficiente para dominar o mercado no país importador, há uma tendência, imposta pela competição, de que o valor nacional da mercadoria deste último ajuste-se ao da mercadoria importada, anulando o superlucro. Caso a demanda por essa mercadoria cresça e não seja coberta pelas importações, haverá espaço para que uma indústria nacional com mais alto nível de produtividade do trabalho domine aquele mercado. Por outro lado, se o volume da exportação dessa mercadoria permanecer limitado demais para determinar o montante de trabalho socialmente necessário em sua produção, o valor dessa mercadoria será superior ao das importadas e estas últimas continuarão a fazer um superlucro.

Se um determinado país detém o monopólio mundial da produção de uma mercadoria, “as condições de produção da mesma constituirão as pré-condições para o preço do mercado mundial” (Idem, p. 48). O mesmo é válido quando o país tem o monopólio sobre sua exportação. Caso nenhum país possua monopólio sobre a produção ou exportação de determinada mercadoria, “seu valor no mercado mundial será determinado pelo nível internacional médio dos valores da mercadoria necessários para satisfazer toda a demanda internacional monetariamente efetiva” (Idem). Esse valor médio pode ser superior ao do país mais produtivo ou inferior ao do país mais atrasado. Por fim, conclui o autor:

Exatamente por causa dessas diferenças no valor das mercadorias e na produtividade do trabalho entre cada país integrado ao mercado mundial capitalista, a lei do valor compele inexoravelmente os países atrasados a se especializarem, no mercado mundial, de modo desvantajoso para si próprios. Se eles desejarem, apesar desse fato, lançar-se à produção de artigos industriais de alto valor (em pequenas séries e com despesas colossais), estarão condenados a vendê-los com

prejuízo em seu mercado interno, porque a diferença nos custos de produção, comparados com os das nações industrializadas, é grande demais, excedendo a margem normal de lucro no mercado doméstico. A Rússia e a China escaparam a essa sorte depois de suas revoluções socialistas unicamente devido a um monopólio protetor sobre o comércio exterior (MANDEL, 1982, p. 49).

Torna-se evidente, dessa forma, que o subdesenvolvimento ou a dependência de países como o Brasil é uma condição inerente à reprodução ampliada do capital no plano internacional. A incidência da lei do valor no mercado mundial necessariamente produz um ou mais polos centrais e outros periféricos, com diferentes níveis de desenvolvimento e taxas de lucro. Isso se deve ao fato de que “o mercado mundial capitalista universaliza a circulação capitalista de mercadorias, mas não a produção capitalista de mercadorias” (Idem, p. 58). É a falta de homogeneidade da economia mundial capitalista que explica a dinâmica imperialista. Assim,

[...] crescimento econômico capitalista, reprodução ampliada e acumulação de capital são ainda sinônimos de justaposição e constante combinação de desenvolvimento e subdesenvolvimento. A própria acumulação de capital produz desenvolvimento e subdesenvolvimento como momentos mutuamente determinantes do movimento desigual e combinado do capital. A falta de homogeneidade na economia capitalista é um desfecho necessário do desdobramento das leis de movimento do próprio capitalismo (MANDEL, 1982, p. 58).

Todo esse movimento descrito até aqui nos remete à compreensão de que o capitalismo se constituiu como um sistema econômico mundial composto por uma estrutura hierárquica de diferentes níveis de produtividade. Esse sistema é uma unidade integrada de partes não homogêneas, cuja desigualdade provém justamente da unidade. Assim, desenvolvimento e subdesenvolvimento são duas faces da mesma moeda e se determinam reciprocamente; “o desenvolvimento tem lugar apenas em justaposição ao subdesenvolvimento, perpetua este último e desenvolve a si mesmo graças a essa perpetuação” (Idem, p. 70). O superlucro, enquanto força motriz do crescimento, só pode ser obtido mediante a exploração das desvantagens dos países, regiões e ramos industriais menos produtivos. Nesse sentido,

Sem regiões subdesenvolvidas não pode haver transferência de excedente para as regiões industrializadas, nem, conseqüentemente, aceleração da acumulação de capital nestas últimas. Pela duração de toda uma época histórica nenhuma transferência de excedente para os países imperialistas poderia ter ocorrido sem a existência dos países subdesenvolvidos, nem teria havido, naqueles países, aceleração da acumulação de capital. Sem a existência de ramos industriais subdesenvolvidos não teria havido transferência de excedente para os chamados setores dinâmicos, nem a aceleração correspondente da acumulação do capital nos últimos 25 anos (MANDEL, 1982, p. 70).

No âmbito do mercado mundial, os países com maior nível de desenvolvimento técnico (maior composição orgânica) obtêm lucros extraordinários às custas dos países mais atrasados, os quais ocupam posições subordinadas na divisão internacional do trabalho. Neste intercâmbio, “o país favorecido recebe mais trabalho em troca de menos trabalho, embora essa diferença, esse excedente, tal como no intercâmbio entre o trabalho e o capital em geral, seja embolsado por uma classe determinada” (MARX, 2017, p. 277). O desenvolvimento desigual das forças produtivas em diferentes nações é inerente ao modo como a lei do valor opera no mercado mundial e determina o grau de subsunção dos países periféricos aos países centrais.

3. DEPENDÊNCIA, TROCA DESIGUAL E SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO EM RUY MAURO MARINI

Nos países latino-americanos, a gênese da dependência, segundo Marini (2011; 2012), deve ser localizada nos processos de independência política, conquistados nas primeiras décadas do século XIX. Tal marco representa o ponto de partida da integração dos novos Estados da América Latina ao mercado mundial, os quais passam a girar em torno da Inglaterra. Como se sabe, a Inglaterra ocupava uma posição privilegiada no comércio mundial desde a acumulação primitiva, motivo pelo qual se consagrou como berço da Revolução Industrial.

A América Latina, segundo Marini (2011, p. 133), contribuiu sobremaneira com o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, enquanto “colônia produtora de metais preciosos e gêneros exóticos”. Com a irrupção da revolução industrial e a formação do mercado mundial, as antigas colônias passam a se articular diretamente com a metrópole inglesa, direcionando para lá seus fluxos de mercadoria e, posteriormente, de capitais. Os requerimentos e necessidades da grande indústria inglesa se tornam o parâmetro para a produção latino-americana, que se especializará na produção e exportação de bens primários, em troca de manufaturas de consumo. Delineia-se, a partir de então, a divisão internacional do trabalho, no âmbito da qual se configura a *dependência*, definida por Marini (2011, p. 134-135) como “uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência”.

Para o mesmo autor, as economias dependentes desempenharam um papel vital na criação da grande indústria moderna nos países centrais, que teria enfrentado grandes obstáculos caso tivesse que se realizar sobre uma base estritamente nacional. Isso porque o desenvolvimento industrial requer uma farta disponibilidade de produtos agrícolas (meios de subsistência) capaz de possibilitar a especialização de uma parte da sociedade na atividade industrial. Esta divisão internacional do trabalho foi o que permitiu que os países da Europa ocidental se especializassem como produtores mundiais de manufaturas.

Marini (2011) observa, ainda, que este não foi o único papel cumprido pela América Latina nesta etapa do desenvolvimento capitalista, dado que além de criar uma oferta mundial de alimentos, também contribuiu para a formação de um mercado de matérias-primas, cuja demanda crescia na mesma proporção em que aumentava a produtividade do trabalho nos centros industriais.

Nesse sentido, a inserção subordinada dos países latino-americanos na ordem global contribuiu para que o eixo da acumulação na economia industrial se deslocasse da produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativaⁱⁱ, de modo que “a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador” (Idem, p. 138). Sobre esta última afirmação, uma observação se faz necessária: o aumento da produtividade nos países centrais também acarreta um aumento da exploração, mas num grau qualitativamente distinto da que ocorre na periferia. Ao especializar-se na produção de alimentos e ofertá-los a um preço baixo no mercado mundial, a América Latina cumprirá o papel de reduzir o valor real da força de trabalho nos países industriais, na medida em que a redução no preço dos bens-salários, conjugada ao aumento da produtividade, permitirá a obtenção de taxas de mais-valia cada vez mais elevadas.

Esse movimento, no entanto, produz um efeito contraditório: a queda da taxa de lucro. Isso se deve ao fato de que o aumento da capacidade produtiva do trabalho – relacionado ao desenvolvimento das forças produtivas e à incorporação de inovações tecnológicas à maquinaria – gera um consumo maior de matérias-primas necessárias à produção das mercadorias em relação ao dispêndio da força de trabalho, ou, nos termos de Marx (2017, p. 250), “o mesmo número de trabalhadores transforma em produtos uma quantidade maior de matérias-primas e materiais auxiliares no mesmo tempo, ou seja, com menos trabalho”. Tal fato implica uma elevação do valor do capital constante em relação ao capital variável e provoca um

aumento da chamada “composição orgânica do capital”, que tem como consequência um decréscimo tendencial da taxa de lucro.

Assim como a massa do trabalho vivo empregado sempre decresce em relação à massa do trabalho objetivado que o trabalho vivo mobiliza, isto é, em relação aos meios de produção produtivamente consumidos, também a parte desse trabalho vivo que não é paga e que se objetiva em mais-valor tem de encontrar-se numa proporção sempre decrescente em relação ao volume de valor do capital total empregado. E essa proporção entre a massa de mais-valor e o valor do capital total empregado constitui a taxa de lucro, que tem, portanto, de diminuir constantemente (Marx, 2017, p. 251).

No intuito de compensar essa tendência incontornável, são adotadas algumas medidas para incrementar a taxa de mais-valia e induzir uma baixa paralela no valor do capital constante. Entre elas destaca-se “o aumento de uma massa de produtos cada vez mais baratos no mercado mundial” (Marini, 2011, p. 141), especialmente as matérias-primas, que surge como a contrapartida da oferta mundial de alimentos. Em uma palavra, a produção de matérias-primas a um baixo custo pelos países da América Latina contribui para contrarrestar a queda da taxa de lucro induzida pelo aumento da produtividade.

Marini (2011) observa que a redução dos preços dos produtos exportados pelas economias periféricas não é acompanhada de uma redução proporcional dos preços dos produtos importados por estas (as manufaturas industriais), que se mantêm relativamente estáveis. Há, portanto, nessa relação uma deterioração dos termos de troca que se reflete na depreciação dos bens primários, configurando, assim, uma troca desigual. As razões que dão origem a esse fenômeno não se limitam à esfera da lei de oferta e procura, mas relacionam-se com a forma como são fixados os preços de mercado e os preços de produção das mercadorias.

O autor sugere como exemplo o caso de um determinado país que alcança uma maior produtividade do trabalho e tem como resultado preços de produção inferiores a seus concorrentes, sem com isso baixar os preços de mercado, o que lhe confere um lucro extraordinário em comparação às outras nações. Da mesma forma, o fato de uma nação produzir bens que a outra não produz, ou não o faz com a mesma facilidade, permite que a primeira venda seus produtos a preços superiores a seu valor. Em ambos os casos, ocorre uma troca desigual, na qual a lei do valor de troca é transgredida, ou seja, há uma desproporção na quantidade de trabalho socialmente necessário incorporada nas diferentes espécies de mercadorias. Em face deste intercâmbio desigual, “as nações desfavorecidas devem ceder gratuitamente parte do

valor que produzem” (Idem, p. 145), em favor das nações com maior nível de produtividade.

Esse mecanismo de transferência de valor, ou troca desigualⁱⁱⁱ, também foi observado por Mandel (1982, p. 35) ao caracterizar a situação dos países periféricos:

Naturalmente, também é verdade que a integração no mercado mundial e as condições de relativo subdesenvolvimento nessa fase tiveram efeitos bastante negativos sobre a acumulação primitiva de capital nesses países. A troca de mercadorias produzidas em condições de mais alta produtividade do trabalho por mercadorias produzidas em condições de mais baixa produtividade do trabalho era uma troca desigual; era uma troca de menos trabalho por mais trabalho, que inevitavelmente conduziu a um escoamento, a um fluxo para fora de valor e capital desses países, em benefício da Europa ocidental.

As nações desfavorecidas por esse intercâmbio desigual terão de buscar formas de compensação que permitam incrementar ou aumentar a massa de valor produzida através de uma maior exploração da força de trabalho e, para tal, podem lançar mão de alguns mecanismos, a saber: o aumento da intensidade do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho ou, ainda, o pagamento da força de trabalho abaixo de seu valor.

O aumento da intensidade do trabalho se expressa em aumento da mais-valia, obtido não por meio do incremento da capacidade produtiva do trabalhador, mas de uma maior exploração mediante o aumento do ritmo de trabalho ou desgaste físico além dos limites normais, que tem como consequência o esgotamento prematuro do trabalhador. Já a prolongação da jornada de trabalho consiste em um aumento do tempo de trabalho excedente de modo sistemático e contínuo, a ponto de violar o fundo de vida^{iv} do trabalhador. Por fim, o pagamento da força de trabalho abaixo de seu valor diz respeito a uma redução do consumo do trabalhador além do padrão socialmente estabelecido, implicando em que parte do fundo de consumo do trabalhador se converta em fundo de acumulação para o capital, ou seja, há uma expropriação de parte do trabalho necessário à reprodução da força de trabalho. Os três mecanismos descritos acima constituem uma modalidade de extração de mais-valia típica das economias dependentes, a qual Marini (2011; 2012) vai designar como superexploração da força de trabalho.

Esta superexploração da força de trabalho é uma condição inerente ao baixo desenvolvimento das forças produtivas na América Latina e à posição ocupada por nosso subcontinente na divisão internacional do trabalho, posto que “chamada para contribuir com a acumulação de capital com base na capacidade produtiva do

trabalho, nos países centrais, a América Latina teve de fazê-lo mediante uma acumulação baseada na superexploração do trabalhador” (Marini, 2011, p. 155). Nesse sentido, a simples vinculação da América Latina ao mercado mundial e a troca desigual de mercadorias que deriva da divisão internacional de trabalho, obrigam a ativação dos mecanismos de incremento do valor trocado pela via da superexploração da força de trabalho.

4. CONCLUSÃO

A condição dependente do capitalismo latino-americano é consequência do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo enquanto sistema mundial que, ao integrar todas as partes do globo, reproduz continuamente uma relação hierárquica entre centro e periferia, definida a partir de diferentes níveis de produtividade do trabalho. O mercado mundial capitalista universaliza a circulação de mercadorias, mas não a produção capitalista de mercadorias – esta última, como se sabe, é o momento crucial da acumulação em que ocorre a apropriação do trabalho excedente não pago e a produção do valor – e é essa assimetria nos níveis de produtividade e exploração – a qual, por sua vez, deriva dos diferentes níveis de composição orgânica do capital – que possibilita a transferência de valor dos países menos desenvolvidos para os mais desenvolvidos.

Há, portanto, uma impossibilidade da equalização das taxas de lucro, crescimento e desenvolvimento em todos os países inseridos no mercado mundial capitalista. À luz dessa compreensão, os padrões de desenvolvimento dos países periféricos não podem ser medidos pela régua dos países centrais: são realidades essencialmente opostas e, acima de tudo, complementares. O sistema mundial capitalista é um espaço que não comporta apenas vencedores; é um jogo em que os vencedores só podem se afirmar como tal às expensas dos perdedores. Um país só se torna potência imperialista na medida em que explora, oprime e expropria uma nação dependente.

Cabe considerar, por fim, que os problemas estruturais da sociedade brasileira derivados da dependência não se resolvem com soluções “desenvolvimentistas”, pois, do desenvolvimento de um capitalismo dependente só resulta o aprofundamento da própria dependência. A solução, portanto, passa por uma ruptura radical com este modo de produção e pela construção de uma forma de sociabilidade alternativa à

barbárie capitalista. O tamanho deste desafio é proporcional à sua urgência. Contudo, não se deve perder de vista que, conforme a sentença do pensador alemão que inspirou estas linhas, a humanidade só se propõe os problemas que pode resolver.

REFERÊNCIAS

LUCE, Mathias Seibel. **Teoria marxista da dependência: problemas e categorias – uma visão histórica**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro. **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Insular, 2012.

MARX, Karl. **O capital**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **O capital**. Livro III. São Paulo: Boitempo, 2017.

ⁱ Mandel (1982) adota uma periodização do imperialismo dividindo-o em duas subfases: o imperialismo clássico – que cobre o período de 1890 a 1940 – e o capitalismo tardio, que tem vigência a partir da Segunda Guerra Mundial e da chamada terceira revolução tecnológica.

ⁱⁱ “O mais-valor obtido pelo prolongamento da jornada de trabalho chamo de mais-valor absoluto; o mais-valor que, ao contrário, deriva da redução do tempo de trabalho necessário e da correspondente alteração na proporção entre as duas partes da jornada de trabalho chamo de mais-valor relativo” (Marx, 2013, p. 390).

ⁱⁱⁱ Luce (2018, p. 50) indica as seguintes formas assumidas pela transferência de valor como intercâmbio desigual: 1) deterioração dos termos de intercâmbio; 2) serviço da dívida (remessa de juros); 3) remessa de lucros, royalties e dividendos; e 4) apropriação de renda diferencial e de renda absoluta de monopólio sobre os recursos naturais.

iv O fundo de vida diz respeito ao valor de uso total da força de trabalho, considerando o tempo de vida útil de cada trabalhador.